

Ata da 11ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em dez de março de 2014, com início às nove horas e trinta e oito minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo Vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos Vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Marcio Pacheco, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal, Marcos Rios, Rui Capelão Cardoso, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão e, solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Ofício nº 060/2014 do gabinete do vereador Romulo Quintino informando o seu não comparecimento na presente sessão, devido a problema de saúde. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Gugu Bueno, Paulo Porto, Jorge Menegatti, Nei Haveroth, Pedro Martendal e Marcio Pacheco. O Senhor Presidente comunicou a presença do Secretário de Administração, Sr. Alisson Ramos presente nesta sessão, a fim de responder alguns questionamentos, notadamente os formulados pelo vereador Jorge Menegatti que requisitou o seu comparecimento. O secretário cumprimentou os vereadores e efetuou breve explanação sobre o Projeto Cascavel Digital, lembrando a sua conotação social, garantidor do interesse público. Explicou que o aludido projeto abrange: o equipamento, o acesso à internet e a capacitação; mencionando que teve início a partir de licitação no ano de 2010, com pregão presencial e participação de 3 empresas, quando sagrou-se vencedora a Digital Design, popularmente conhecida como Digitalnet. Pontuou que o Programa Cascavel Digital contempla a instalação e manutenção de pontos, a substituição de equipamento seja por modernização ou por estarem danificados, além dos links de dados, internet propriamente dita. Informou que há 41 pontos instalados, sendo a maioria no perímetro urbano, além de 11 telecentros contando com uma unidade móvel que já efetuou 2.500 visitas, totalizando 60.000 usuários, a par do uso simultâneo por 5.000 pessoas. Acrescentou que o projeto ainda necessita de reajuste, mas informou que em pesquisa realizada e publicada em revista especializada, Cascavel ocupa a 10ª posição no ranking das cidades digital do Brasil; obtendo inclusive, reconhecimento internacional. O Presidente consultou os vereadores se desejavam proceder questionamentos ao Secretário, quando se manifestaram positivamente os vereadores: Paulo Porto, Claudio Gaiteiro, Nei Haveroth, Jorge Bocasanta e Rui Capelão. Na oportunidade, o Presidente informou que cada qual disporia de 5 minutos para sabatinar o secretário. O vereador Paulo Porto questionou a ausência de inclusão digital para os CEMEI's e, indagou o que estava sendo feito em relação a este fato. O Secretário mencionou o fortalecimento institucional, e apontou os investimentos do BID para dotar Cascavel de rede própria de fibra ótica que contemplará todos os prédios públicos no perímetro urbano, e por óbvio os CEMEI's. Explicou a necessidade de licitação para o link de dados, esclarecendo que já se acha em fase final de elaboração, inclusive com publicação de edital no máximo até abril. Afirmou que durante este semestre ainda, será possível a rede de fibra ótica própria do município; sanando definitivamente a questão. O vereador Claudio Gaiteiro arguiu a possibilidade de quantificar as pessoas que participam da inclusão digital social. O Secretário afirmou que ultrapassa 60.000, já que para cada pessoas cadastrada no Projeto Cascavel Digital, há utilização de no mínimo duas pessoas. Não incluído neste

montante os alunos da rede municipal, cerca de 20.000 alunos que tem acesso aos laboratórios de informática, já que então o número atingiria tranquilamente 80.000 pessoas. O vereador Nei Haveroth questionou quanto à perspectiva de ampliação e da melhoria da qualidade do Projeto em comento. O secretário garantiu que sim, porquanto está sempre recebendo novos usuários, sendo que apenas nos primeiros meses deste ano houve 1.816 de novos cadastros. Mencionou ainda, o aumento progressivo da velocidade de 128 Kbps, passando para 256 e atualmente com 512 e, em breve atingindo 1 mega, que será assaz satisfatória. Acrescentou que, já faz parte do planejamento o aumento gradual da velocidade, dependendo da disponibilidade orçamentária e financeira e lembrando que não tem por escopo disputar mercado com operadora, mas sim, conservar o seu caráter social. Frisou também, que a rede de fibra levará o sinal para cada ponto da extremidade da rede do Cascavel Digital permitindo que sinal chegue via fibra ótica com total qualidade até o ponto e a partir daí irradiação do sinal por meio do rádio. O vereador Jorge Bocasanta ressaltou a preocupação de que o cunho social não fosse transvestido de funcionamento precário, mas sim de qualidade efetiva, ao tempo em mencionou que 1 mega era considerado muito pouco. O Secretário destacou o cunho social, base que permitiu o surgimento de um plano de banda larga, possibilitando chegada aos municípios, sobretudo os menores e que não oferecem rentabilidade. Destacou que não estava presente para fazer a defesa da empresa, mas informou que a mesma apresentou toda a documentação exigida e realizava todos os esforços no sentido de sanar os problemas que surgem a custo proporcionalmente baixo, em comparação com outras empresas pelo país afora. O vereador Rui Capelão mencionou a reivindicação de antena pela comunidade Jangada Taborda. O Secretário confirmou a inexistência de torre na comunidade Jangada Taborda e afirmou desconhecer a demanda neste sentido. Destacou que a distância nunca foi impeditivo para tal instalação, tanto mais que outros sítios rurais contavam com antenas para internet, se comprometendo a fazer uma avaliação quanto aquela comunidade. O vereador Jorge Menegatti agradeceu pela presença, mencionando o trabalho de fiscalização de contrato, um dos papéis do vereador. Mencionou a ata 315/2010 com pedido de diligência interna para apresentação de documentos do acervo técnico, alvo de futuro requerimento. Apontou que o Programa Cascavel Digital funcionava na Feira do Pequeno Produtor e no aeroporto, o mesmo não ocorrendo com 24 outros pontos fiscalizados, relatando denúncia veiculada na imprensa. O Secretário informou que pediu a cópia do relatório em 04 de dezembro, somente recebeu a cópia do relatório em 07 de março, ou seja, 90 dias após o pedido formulado, pelo que não houve tempo adequado para elucidar todas as questões. Destacou que o canal funciona, mas apenas não atingiu a velocidade contratada, atribuindo este fato a metodologia adotada e ausência de antena. Lembrou a importância da antena para tornar o canal mais forte e mais estável e com velocidade contratada e destacou a busca constante para melhoria do Programa, afirmando que aproveitaria as sugestões constantes do relatório na medida do possível. O vereador Jorge Menegatti exibiu vídeo demonstrando o trabalho realizado e mencionou a importância de rever o contrato, porquanto a população estava carente dos serviços públicos não recebidos. O Secretário rebateu informando existir depoimentos positivos demonstrando que o Programa funciona em contraponto aos depoimentos ali apresentados. Mencionou dispor de relatórios apontando quem conectou, horário, velocidade podendo disponibilizar para o vereador interessado a qualquer tempo, colocando tais documentos

a disposição. Explicou ainda, que a tecnologia utilizando o rádio apresenta algumas limitações, a exemplo do relevo, pontos de sombra que interfere na recepção do sinal. Por fim destacou, a possibilidade dos vereadores formularem requerimentos solicitando a suspensão do Programa, no caso de entenderem que ele não atende efetivamente as necessidades do município. Todavia, reafirmou o interesse na melhora contínua do Programa Cascavel Digital. – Presidente: Obrigado Secretário pela sua presença e por suas explicações, pelas suas considerações, assim como também, agradecemos aos vereadores que o sabatinaram, esperamos que tenha sido contemplado com os apontamentos; agradecemos mais uma vez a presença, seja sempre bem vindo a esta Casa e obrigado pela presença. Senhores, eu consulto os senhores vereadores neste momento se há, como já foi lido a matéria do dia, se há **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**, - Vereador Fernando Winter: protestando por questão de ordem, senhor Presidente – Presidente: Pois não. – Vereador Fernando Winter: Baseado no artigo 86, §6 eu pediria a gentileza se der para fazer uma inversão na pauta e deliberar o Projeto nº 12 para assim facilitar umas pessoas que precisam, a questão do trabalho. – Vereador Marcos Rios: Questão de ordem, Presidente; considere a minha presença. – Presidente: Considere-se a presença do vereador Marcos Rios. Sem problemas, vereador. O seu pedido é um pedido de preferência e consta no artigo 120, para ser votado já por primeiro, votação do projeto que estabelece o título de cidadão honorário, só preciso consultar os senhores vereadores se não há problemas. Se não houver problema da parte dos senhores; havendo consenso permaneçam como estão. Então, o Projeto de vossa autoria será deliberado por primeiro e passamos neste momento, damos início neste momento a Ordem do Dia. **ORDEM DO DIA –** Eu já inicialmente cumprimento e agradeço a presença do Senhor Pedro Martinho Lecheta, que acompanhado da sua família e alguns amigos para o reconhecimento do título de cidadão honorário da cidade de Cascavel. Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2013 de autoria do vereador Fernando Winter do PTN que outorga o título de cidadão honorário de Cascavel ao Senhor Pedro Martinho Lecheta, com a palavra o vereador proponente. O Vereador Fernando Winter mencionou que o homenageado nasceu em Pato Branco, vindo morar em Cascavel em 1971, mencionou os diversos prêmios recebidos na área automobilística, dentre eles: campeão paranaense de automobilismo na categoria força livre em 1981 e em 1982 campeão na Argentina nesta mesma categoria, em 1983 em Campo Grande, 1985 em Santa Catarina em 1989 à 1993 campeão de arrancadão. Discorreu sobre o trabalho como mecânico e a montagem da própria oficina; assim como o patrocínio recebido dos próprios clientes. Mencionou a sua paixão por carros antigos e colecionador, após breve expcurriculum do Senhor Pedro pediu voto favorável ao Projeto. Em votação nominal o Decreto Legislativo nº 12/2013 foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes, a saber: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal, Marcos Rios, Rui Capelão Cardoso, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Em discussão o Projeto de Lei nº 154/2013 que dispõe sobre os valores mínimos da locação do autódromo Zilmar Beux no Município de Cascavel de autoria do vereador Jorge Bocasanta teve dois pareceres contrários, sendo uma da Comissão de Justiça e Redação e o outro da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, quando o Presidente propôs discutir conjuntamente os pareceres. Em discussão o parecer

contrário da CJR em relação ao Projeto de Lei nº 154/2013 usou da palavra o presidente da Comissão Vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Senhor Presidente, senhores vereadores, comunidade aqui presente, aproveito também, cumprimentá-lo o homenageado, entendo que uma homenagem merecida. Cumprimento também a imprensa que sempre está aqui dando cobertura aos nossos trabalhos, transformando eles em um trabalho ainda mais transparente e levando a sociedade todas as nossas decisões. Quanto a este projeto, senhor presidente e senhores vereadores nós em conjunto, por unanimidade, na Comissão de Justiça e Redação no parecer 440 de 2013, chegamos a conclusão de que ele não deve prosseguir, uma vez que ele invade uma competência do executivo municipal, no artigo 19, inciso VIII e X da Lei Orgânica Municipal também, em harmonia com o artigo 2º e 5º da mesma disposição legal. Eu tomo a liberdade de fazer a leitura do artigo 19, do inciso VIII e X da Lei Orgânica. O artigo 19 refere-se ao seguinte: ao município compete prover a respeito do seu peculiar interesse e bem estar da sua população, cabendo-lhe privativamente dentre outras as seguintes atribuições: Inciso VIII – Fixar, fiscalizar, arrecadar tarifas e demais rendas na forma da lei; e no X – dispor sobre a administração, utilização, cessão e alienação dos bens públicos. Desta forma a nossa Comissão chegou à conclusão que este projeto está em desconformidade legal. Nada contra o seu conteúdo, parabênico ao vereador Jorge Bocasanta pela ideia, mas vereador Jorge Bocasanta não seria este o caminho legal, por este motivo a comissão por unanimidade exarou parecer contrário ao prosseguimento de análise do Projeto de Lei nº 154/2013 de autoria do nobre vereador Jorge Luiz Bocasanta. Obrigado, Presidente. - Presidente: Em votação o parecer contrário da Comissão (...) _ Vereador Jorge Bocasanta – eu...tem a comissão eu gostaria que... teve 2 pareceres, né?. – Presidente: Não, nós estamos discutindo só o da Justiça e Redação. – Vereador Jorge Bocasanta – Então, eu peço a palavra, por favor. Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Então aqui tem, na Constituição aqui, teve aqui, inclusive foi de Cascavel da época teve os vereadores propuseram diminuir o pagamento, a gratuidade sobre a taxa de ônibus dos idosos. Então assim, eu vou ler só o que é maior do que o Pedro Martendal leu antes: Parecer do Tribunal de Justiça do Paraná: Ressalve-se que a Constituição Federal resguardou a competência legislativa privativa quanto à regulamentação do serviço público ao Presidente da República, apenas em caráter excepcional por se referir aos territórios. O artigo 61 fala o seguinte: a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, Congresso Nacional, ao Presidente da República ao Supremo Tribunal Federal e etc., Então o seguinte: aqui foi, deram o parecer contrário e o Tribunal que tem aqui, e nós podemos fazer as leis sim, em relação a taxa que isto aí não fere o artigo municipal que é inferior ao federal, né Pedro Matendal. Então nesta decisão da Justiça, né, ele diz que o vereador poderá sim, fazer leis que mexam no dinheiro da população, não é só o poder executivo. Então tudo aquilo que a Comissão fala eles daqui prá frente começam a ler e aqui eu tenho aqui prá dar prá vocês, né. É tudo mentira o que vocês estão lendo aí, em relação a isto aqui. Então, eu tenho aqui o papel se vocês quiserem então, este esse argumento da Comissão, infelizmente pode ser mudado, entendeu Pedro? Então, tenho aqui prá te dar nas tuas mãos, este poder Judiciário, Tribunal do Paraná que emitiu parecer derrubando a inconstitucionalidade da tarifa; deram aos senhores maiores de 60 anos. Então, o que o senhor defendeu, peço voto contrário vereadores, porque o vereador pode sim e deve, fazer, propor leis e amparem o Poder Municipal, vamos dizer

assim, fazendo com que este poderá arcar ou ter o ônus ou o bônus de uma lei desta Casa. Eu falo o seguinte: Por que quê eu propus isto aí? Porque nós temos que ter, nós temos que cobrar aluguel dos espaços públicos, entendeu? Se a Prefeitura tem o dever de pagar aluguel quando aluga o espaço para uma escola, uma sala ele tem o dever de cobrar. Então, Claudio Gaitero tá olhando alguma coisa, mas aqui eu tenho aqui, então o parecer. Então era isto só, e eu peço voto contrário desta Comissão. Obrigado. – Vereador Gugu: Peço a palavra, Presidente. – Presidente: Com a palavra, o vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Presidente, eu acho importante discutirmos este parecer da CJR, embora desde já estabeleço aqui o respeito a iniciativa do vereador Jorge Bocasanta, entendo a sua boa intenção. Contudo, a leitura deste acórdão que ele acabou de fazer não se aplica ao caso em tela, não se aplica ao caso em discussão. Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa. Não é porque nós temos esta decisão num caso concreto e diz respeito a gratuidade nas passagens para idosos no município de Cascavel, isto não significa que nós não temos mais regras no mundo jurídico; muito pelo contrário. As regras continuam estabelecidas desde a Constituição Federal, na Constituição Estadual e no nosso caso, na Lei Orgânica Municipal. Então, presidente, me parece que o parecer da Comissão de Justiça deve ser, deve prevalecer até porque a iniciativa do vereador Bocasanta, ela nada mais é do que busca estabelecer um preço fixo e preço fixo não pode ser estabelecido por lei ordinária, vereador Aldonir Cabral; ela só poderia ser feito através de uma lei complementar para que a gente pudéssemos inserir este preço fixo no Código Tributário. Então, já nesta análise e avançando um pouco além do parecer da CJR também me parece que não pode merecer sucesso a iniciativa do vereador Jorge Bocasanta porque nós estamos limitados aos ditames da lei. Além do mais o próprio Código Tributário Municipal, presidente, em seu artigo 387 que estabelece que os serviços prestados pelo município de autorizações ou permissões outorgadas não previstas de forma específica nesta Lei, terão tratamento de preço público; caso da iniciativa do vereador Bocasanta, não sujeitos ao princípio da anterioridade e seus valores serão fixados por decreto do executivo. E os seus valores serão fixados por decreto do executivo. Então, o nosso Código Tributário é muito claro ao vedar iniciativas desta Casa com este caráter administrativo; porque ... (aparte concedido, vereador). - Vereador Pedro Martendal: Gugu o artigo 61, inclusive da Constituição Federal mencionado pelo nobre vereador Jorge Bocasanta a sua redação é a seguinte: artigo 61: A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador Geral da República e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Constituição; portanto não consta o caso da Câmara de Vereadores. Ressaltar aqui, que na Comissão de Justiça com o vereador João Paulo e o vereador Vanderlei, quando nós optamos pelo parecer contrário é, por unanimidade, vereador Jorge Bocasanta, nós não entendemos que a Prefeitura não deva cobrar pelo espaço para um evento particular (só prá complementar) é, para um evento particular, nós entendemos na comissão que tecnicamente este projeto não está de acordo. – Vereador Gugu: Obrigado, vereador. – Vereador Gugu: Só para concluir, senhor presidente. O nosso Código tributário lei complementar em seu artigo 387 estabelece que só o prefeito através de decreto pode estabelecer por exemplo, autorização, permissão temporária ou permanente de bens públicos de uso comum; assim como fixar preço para o seu uso. Então, presidente, me parece muito evidente e claro que o parecer da CJR está correto,

portanto deve ser mantido nesta Casa para não incorreremos em irresponsabilidade. Obrigado, Presidente. – Vereador Paulo Porto: Peço a palavra, presidente. – Presidente: Com a palavra, o vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto; Bom dia a todos, bom dia a mesa diretora, bom dia aos vereadores, bom dia ao plenário. Existe um livro mais famoso pelo seu autor do que pela qualidade literária, chamado: Marimbondos de Fogo do José Sarney; onde tem 2 coronéis conversando e num dado momento um coronel aconselha o outro, que por acaso é prefeito do município. A frase famosa: aos amigos tudo, aos inimigos a lei. Quando não há lei aos amigos tudo. Então, entendo que o Bocasanta tenta criar leis, legislar a respeito de algo que não tem lei ainda, então, eu gostaria de pedir voto favorável e para contribuir no debate, cedo um aparte ao vereador Bocasanta. – Vereador Bocasanta: Então, obrigado Paulo Porto. Então, o Pedrinho Martendal me falou a lei aqui então, por analogia quando se fala em Congresso Nacional nós somos o Congresso Nacional e o Prefeito o Presidente da República. Então, se a iniciativa das leis complementares, ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara de Vereadores de Cascavel. O prefeito é o presidente, em termos. No Paraná a Assembleia Legislativa é o Congresso Nacional e o governador o Presidente e assim sucessivamente. Então, volto mais uma vez a repetir: nós poderemos fazer as leis e se o município achar que é inconstitucional, ele entre contra nós. Nós não podemos o quê, não fazer por não fazer, entendeu? Então eu peço voto, mais uma vez contrário a este parecer. Obrigado. - Vereador João Paulo; Concede um aparte, vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: concedo. – Vereador João Paulo: Eu só queria, gostaria de contribuir neste sentido porque afinal de contas se os senhores forem notar nesta Casa os pareceres contrários da Comissão de Justiça são poucos. Então, na verdade nós estamos fazendo juridicamente o processo não está havendo o vereador “a” ou o vereador “b” , vereador Paulo Porto. Só pra deixar muito bem claro isto, porque daqui a pouco estamos quem sabe passando a mão na cabeça de um e não na outra. E quero dizer ainda mais, o vereador Jorge Bocasanta tem todo o nosso respeito. Só para contribuir neste sentido, porque muitas vezes daqui a pouco se faz: não, é porque não quer jogar ou quer jogar. Não, nós estamos fazendo dentro da legalidade e com consulta jurídica, respeitando inclusive, os advogados desta Casa. Obrigado, pelo aparte. – Vereador Paulo Porto: Então, encerrando a minha participação eu peço voto contrário ao parecer da Comissão, entendendo que não podemos deixar prevalecer neste caso a lei do coronel, usando como exemplo o livro Marimbondo de Fogo, obviamente. Obrigado. – Vereador Nei: Peço a palavra, senhor Presidente. – Presidente: Com a palavra, o vereador Nei Haveroth. – Vereador Nei: Senhor Presidente, nobres pares, eu vou ser breve no meu comentário, até dr. Jorge, para que ninguém entre com um pedido de inconstitucionalidade depois, ADIN né, como as vezes acontece, porque o mundo jurídico é muito complexo. Depende da holística, depende de quem, a serviço de quem olha, né, então ele não são parciais nas vezes nas questões. É, como já houve aqui nesta Casa o próprio vereador Paulo Porto sugeriu ao Poder Executivo através de indicação que se faça uma regulamentação neste sentido. Eu gostaria neste momento de sugerir ao nobre vereador que solicite uma indicação que o Poder Executivo através da Secretaria de Esportes determine então, o estabelecimento de sua vontade, porque eu acho que é justo, é interessante, (um aparte), permito, sim. – Vereador Jorge Bocasanta: Então, o Nei a minha ideia aqui não quero ser o pai da criança, nunca quis eu quero só o quê? Que quando se use aquele espaço físico lá ou outro espaço físico, aonde vai ter uma depreciação que o município tenha o quê? A mesma fonte que gerou

para cobrir esta despesa. Então, eu acho interessante; o problema não é o projeto, o problema é o quê? Que a prefeitura tem que começar a cobrar dignamente o aluguel dos seus espaços e como contrapartida do outro lado ela tinha que pagar quando ocupa espaços de terceiro. Muito obrigado. – Vereador Nei: Compreendo perfeitamente, vereador. E neste sentido acredito que vai ter a sensibilidade do Poder Executivo de acatar a sugestão; tendo em vista que nós, com 2 pareceres contrários e neste parecer especificamente da Comissão de Justiça nos impossibilita de acatar a sua proposta neste momento e desta forma. Mas, tenho certeza que a ideia é boa, é ótima, é boa para o município, né, é boa para a população. É o que eu tinha, senhor Presidente. Muito obrigado! – Presidente: Senhores em votação o parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 154/2013, projeto este de autoria do vereador Jorge Bocasanta do PT, que dispõe sobre os valores mínimos da locação do Autódromo Zilmar Beux, no município de Cascavel, votação nominal, por gentileza proceda senhor Secretário. – Vereador Cabral (a favor), Claudio Gaitero (favorável), Fernando Winter (a favor), Gugu Bueno (a favor), Jaime Vasatta (a favor), Ganso Sem Limites (a favor), João Paulo (favorável), Jorge Bocasanta (contra), Jorge Menegatti (contra), Robertinho Magalhães (favorável), Luiz Frare (favorável), Nei Haveroth (favorável), Paulo Beber (a favor), Paulo Porto (contrário), Pedro Martendal (favorável), Marcos Rios (a favor), Rui Capelão Cardoso (contrário), Vanderlei Augusto da Silva (favorável) e Walmir Severgnini (favorável). Com 15 votos favoráveis e 04 contrário parecer mantido. – Presidente: Com 15 votos favoráveis e 04 contrários está mantido o parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 154/2013, ficando assim prejudicada a sua deliberação, portanto. Projeto de Lei 212/2013 e autoria dos vereadores Gugu Bueno e Marcio Pacheco que declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Connetion, em discussão. - Vereador Gugu: Peço a palavra, presidente. – Presidente: Com a palavra, o vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu: Presidente, esta organização é uma ONG que já trabalha há muito tempo no município de Cascavel. Nós 2 tivemos o privilégio de conhecer este trabalho, e eu gostaria só de rapidamente pedir voto favorável dos senhores vereadores e no dia de amanhã, estaremos usando da tribuna para explanar melhor sobre os trabalhos desenvolvidos por esta organização no município de Cascavel. Obrigado, Presidente. – Presidente: Senhores em votação, o Projeto de Lei nº 212/2013 de autoria dos vereadores Gugu Bueno e Marcio Pacheco que declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Connetion, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes, está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº 212/2013. Projeto de Lei nº 04/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal que autoriza a CODEVEL a transferir os direitos e obrigações decorrentes do Termo de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel que especifica da Empresa Airton Cittolin Alimentos para Empresa Cittolin Comércio de Cereais Ltda, e dá outras providências. – Vereador Jorge Bocasanta: Teve parecer das comissões, este projeto ou não? – Presidente: Quero crer que teve e devem ter sido todos favoráveis. – Vereador Jorge Bocasanta: Então, é porque eu estava lendo, me permita a palavra, né, só queria ver se tem. – Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Bocasanta. Sim, os pareceres foram todos favoráveis. – Vereador Jorge Bocasanta: Todos favoráveis. – Presidente: Todos. – Vereador Jorge Bocasanta: Então, tipo assim: aos amigos tudo, aos inimigos a lei. Eu estava lendo aqui, na realidade é o seguinte: em 1992 pelo que eu li, Pedrinho

Martendal, Claudio Gaitero, que ele tinha um tempo para fazer aquele negócio ali, empacotamento, não sei o quê, era uma indústria, né; ele não o fez e passou mais um tempo não sei o que, não sei o quê, mudou completamente a finalidade. E ali naquele, naqueles documentos falava se ele não mudar a finalidade o imóvel voltará para o município, com todas as suas benfeitorias, com uma multa. É isto seu Pedrinho, (-me permite um aparte). Não. Daqui a pouquinho. Então, é o seguinte: a lei é clara, né, nem conheço esse Cittolini não sei quem é, não sei se é Pedro, Paulo, João, mas a lei ali era clara que o quê? Que o imóvel já deveria ter voltado ao município fugiu da sua função, onde está a fiscalização deste município? Então, eu gostaria do parecer da Comissão, né, que o contrato que foi assinado em 1992 então não vale nada. É uma fantasia, é uma mentira, então gostaria que estas comissões né, fizessem os mesmos olhos. Eu estou vendo aqui que o meu voto será contrário porque o que está escrito deve ser respeitado e não o foi. Então, eu gostaria assim, por favor pode ser a palavra Pedrinho. Leia ali nas coisas bem direitinho, porque no projeto se o senhor leu ou não leu; eu li. Se em seis meses não sei o quê ele vai voltar pro município e seria com uma multa; então este Cittolin não é mais dono; quem é dono é o município e ele deverá o quê? Cobrar o aluguel de tudo que é direito do município; porque ele mudou o caráter da empresa. É mesma coisa foi se eu tiver um salão de baile e pôr uma casa da luz vermelha, mudou! Então esta prefeitura tá mais ou menos neste sentido, desculpa o termo mais é. Então isto aqui é o quê? É uma lei que nós devemos votar contra este anteprojeto, porque tá no papel; senão eu não sei ler. Então, era isto muito obrigado! – Vereador Paulo Porto: - Peço a palavra, presidente. – Presidente: Com a palavra o vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Eu gostaria de pedir vistas ao projeto eu também tenho dúvidas. Eu não vi os pareceres das comissões anexados, aqui. Eu quero ver o que é que as Comissões falaram, quero entender mais, antes de liberar a cessão deste imóvel público para um ente privado. Até porque como já falou o vereador Bocasanta o prazo já foi expirado; então não há nenhuma desconfiança, apenas este vereador não sei quanto ao restante de vocês, não gosta de votar no escuro. (-Mais um aparte, vereador) Claro. – Vereador João Paulo: Eu só gostaria de contribuir novamente com o senhor e dizer que os pareceres sempre ficam a disposição. Assim que delibera, assim que delibera nas comissões as comissões estão aptas para repassar a cada vereador. Agora, vai de cada vereador buscar os pareceres, eu por exemplo fui atrás inclusive, dos pareceres daqui da Comissão, inclusive do Meio Ambiente, porque também envolve isto. Então, fica a critério de cada vereador buscar os seus pareceres. Obrigado pelo aparte. – Vereador Paulo Porto: Perfeito, como também fica a critério pedir vistas. Então, estou pedindo vistas a este projeto e espero contar com a maioria dos vereadores... (permite um aparte) Claro, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Obrigado pela deferência. Vereador Jorge Bocasanta só dando esclarecimento ao seu questionamento que eu acho pertinente, é, mas mais uma vez levar ao seu conhecimento e dos demais vereadores que a Comissão de Justiça, como muito bem lembrado pelo vereador João Paulo, nós fazemos uma avaliação técnica, constitucional e a legalidade do projeto. No termo de acordo que a prefeitura cedeu este imóvel era 5 anos, vereador Bocasanta. No ano de 1977 expirou o prazo de a prefeitura exigir isto que o senhor está comentando hoje; como não o fez perdeu o direito de questionar a utilização (só prá complementar vereador Paulo Porto) perdeu o direito de questionar isto. Além do mais, além da precaução que o vereador João Paulo falou das outras comissões, nós temos também, de ambas as empresas da que está repassando e da que está recebendo o imóvel,

certidão da Receita Federal, da Receita Estadual, da Prefeitura municipal e da Justiça do Trabalho onde que não há nenhuma pendência de qualquer uma das empresas; tanto da que está cedendo como a que está recebendo. Então, legalmente não tem como a Prefeitura no entendimento da Comissão de Justiça, não tem como a Prefeitura cercear este direito, pois o direito ele já estava na posse e o direito da propriedade também, se reconheceu em 1997 quando a prefeitura não questionou qualquer coisa a respeito. (me permite um aparte aqui, porque me falou o meu nome). Obrigado vereador.- Vereador Paulo Porto: É possível, isto? (Não. Não falei.) Vereador Paulo Porto: Um aparte concedido ao vereador Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: A promitente compradora não poderá usar o imóvel que não seja para fins específicos da atividade industrial, a indústria, não podendo ceder, emprestar, transferir o imóvel no todo ou em parte sem prévia autorização da Companhia de Desenvolvimento de Cascavel – CODEVEL durante a vigência destas condições especiais. Então, vocês querem fazer uma coisa que foi uma fraude virar uma coisa legal. Então, é isto eu peço voto contrário. Muito obrigado! (me dá um aparte) – Vereador Paulo Porto: Eu só queria garantir depois o meu tempo, é possível? Então, aparte ao Menegatti e depois para mim. – Presidente: Eu acho que por uma questão de ordem, nós devemos interromper a discussão, okay. O senhor mantém o pedido de vistas? – Vereador Paulo Porto: Mantenho o pedido de vistas. Encerrando agora evidentemente a argumentação do vereador Pedro Martendal, se a Prefeitura foi negligente, irresponsável e leviana de entender perder o playboy porque perdeu o prazo este vereador não é. Então, peço o pedido de vistas, muito obrigado! - Presidente: Até por uma questão de esclarecimento, foi bom até a fala do vereador Paulo Porto, neste caso os pareceres estão, foram todos inseridos, recebi a informação de que foram inseridos no SAPL e nós estamos trabalhando numa espécie de regulamentação que já há algum tempo vem, para que a gente possa ainda mais acentuar este trabalho com o SAPL. É nosso desejo, é que a gente possa daqui mais alguns meses fazer toda uma tramitação por SAPL, mas ainda levará um certo tempo. Mas, hoje já basicamente quase tudo que está sendo feito, está sendo inserido no SAPL, inclusive os pareceres que são exarados, na sequência estão no SAPL; este é o caso, também. Então, vamos procurar nos aproximar do SAPL, porque ele é o futuro desta Casa porque é a economia do papel, da celeridade, da transparência e tudo mais. Então, eu coloco neste momento em discussão o pedido de vistas promovido pelo vereador Paulo Porto em relação ao Projeto de Lei nº 4/2014 e passo a palavra ao vereador Gugu Bueno, líder da base que já solicitou a palavra. – Vereador Gugu Bueno: Presidente, primeiro para pontuarmos algumas questões. Me parece que este projeto é um projeto muito simples; o que houve foi uma alteração na razão social de uma empresa para outra; e esta empresa continua em funcionamento, está gerando emprego, está gerando tributos normalmente no município de Cascavel. O histórico, o passivo lá de trás desta situação é outra coisa. O que importa é nós regularizarmos a situação, agora. Eu, analisando que estive este projeto eu vejo ele com muita clareza e com muita simplicidade, não vejo motivo para tanta discussão. Contudo, senhor Presidente até para deixar claro o nosso espírito democrático deste governo e respeitoso aqui, para com a oposição. Não vejo problema nenhum, em acatar o pedido de vistas do vereador Paulo Porto (com aparte, Gugu, cede um aparte). – Vereador Fernando Winter: Senhor Presidente, colegas vereadores, doutor Jorge, eu não vejo que constitui fraude uma pessoa mudar de ramo. Quem não quebrou na vida? Se a pessoa constitui uma empresa e não deu certo, ela tem o direito de mudar de ramo e constituir

uma outra empresa. Então, eu não vejo senhor vereador, que existe fraude neste projeto, o que nós temos que ver é o mérito que esta empresa poderá empregar pessoas, arrecadar impostos, então eu vejo assim que não há necessidade Paulo Porto, de pedir vistas deste projeto, sendo que está a justificativa, quem leu o projeto na sua integra eu não vejo irregularidade nenhuma. Era isto, só para contribuir, senhor vereador. – Vereador Gugu: Agradeço a participação, vereador Fernando. Eu acho que esta discussão, do pedido de vistas fica em aberto para os vereadores que tiveram tempo necessário para estudar o projeto, com antecedência, até porque este projeto está tramitando desde o começo do ano nesta Casa, de fato eu acho que não existe necessidade do pedido de vistas. Contudo, se algum vereador não teve este tempo necessário para estudar o projeto fica a vontade para votar favoravelmente ao pedido de vista, Presidente. Obrigado. – Presidente: Em votação, o pedido de vistas promovido pelo vereador Paulo Porto ao Projeto de Lei nº 4/2014 do Poder Executivo Municipal que autoriza a CODEVEL a transferir os Direitos e Obrigações decorrentes do Termo de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel que Especifica da Empresa Airton Cittolin Alimentos para Empresa Cittolin Comércio de Cereais Ltda e dá outras providências. Votação nominal, por gentileza, senhor secretário, proceda. – Vereador Aldonir Cabral (contra), Claudio Gaiteiro (contrário), Fernando Winter (contra), Gugu Bueno (contra), Jaime Vasatta (contra), Ganso Sem Limites (contra), João Paulo (contrário), Jorge Bocasanta (a favor), Jorge Menegatti (favorável), Robertinho Magalhães (contrário), Luiz Frare (contrário), Nei Haveroth (contrário), Paulo Bebber (contra), Paulo Porto (favorável), Pedro Martendal (favorável), Marcos Rios (contra), Rui Capelão Cardoso (favorável), Vanderlei Augusto da Silva (favorável) e Walmir Severgnini (favorável). Com 12 votos contrários, senhor Presidente e 07 favoráveis, pedido de vistas aprovado. – Presidente: Com 12 votos contrários e 07 favoráveis está indeferido o pedido de vistas promovido pelo vereador Paulo Porto, continua em discussão o Projeto de Lei nº 4/2014, em votação o Projeto de Lei nº 4/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal que autoriza a CODEVEL a transferir os Direitos e Obrigações decorrentes do Termo de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel que Especifica da Empresa Airton Cittolin Alimentos para Empresa Cittolin Comércio de Cereais Ltda e dá outras providências, por votação nominal, proceda senhor secretário: Vereador Cabral (a favor), Claudio Gaiteiro (favorável), Fernando Winter (a favor), Gugu Bueno (a favor), Jaime Vasatta (a favor), Ganso Sem Limites (a favor), João Paulo (favorável), Jorge Bocasanta (contra), Jorge Menegatti (contra), Robertinho Magalhães (favorável), Luiz Frare (favorável), Nei Haveroth (favorável), Paulo Bebber (a favor), Paulo Porto (contrário), Pedro Martendal (favorável), Marcos Rios (a favor), Rui Capelão Cardoso (contrário), Vanderlei Augusto da Silva (favorável) e Walmir Severgnini (favorável). Com 15 votos favoráveis, senhor presidente, e 04 contrários; projeto de lei aprovado. – Com 15 votos favoráveis e 04 contrários está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº 4/2014. Projeto de Lei nº 11/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal que altera a Lei Municipal nº 6.310 de 23 de dezembro de 2013 – Lei Orçamentária Anual para 2014 – Cultura, no valor de R\$ 2.090.200,00, em discussão. - vereador Rui Capelão: Peço a palavra. – Presidente: com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Gostaria de dizer que parece que vamos ter com este dinheiro um encerramento dos gastos com o nosso teatro municipal, que até o momento segundo nos consta foi feito muitos aditivos de várias empresas que andaram passando por lá e hoje está um valor muito acima do que foi previsto quando iniciou-se a obra, e além disto eu espero que não venha aparecer

depois aditivo porque não foi resolvido isto, aquilo ou aquilo outro. O grande problema que está aqui escrito aqui que o projeto era para conclusão, né, concluir o teatro municipal. Para mim concluir é deixar tudo pronto, não vai poder ter problema mais de temperatura lá dentro, ar condicionado, calçada, jardinagem, né, e assim sucessivamente; tudo aquilo que nós precisamos do teatro nós temos que ter pronto. Depois de repente, faltou mais isto, vai ter que fazer mais um aditivo né, aí já não dá porque tem as previsões, previsões mal feitas, previsões que sempre foram infelizmente na construção deste teatro, previsões sempre foram terríveis, muito mal feita, muito mal planejado, né, passando de governo pra governo num querendo resolver e acho que tá indo prá 12, 15 anos o teatro aí e agora que estão dizendo que vão concluir. Tem aí este dois milhões e pouco para a construção, será que estes dois milhões e pouco tem um prazo aqui de conclusão. Não estou vendo um prazo de conclusão, será que vai só ser repassado o dinheiro ou vai ficar mais 5 anos para poder haver a conclusão destes trabalhos. Portanto, não sou contra o destino da verba; sou favorável mas acho que esta Casa tem que ter um compromisso maior de impor o que aqui é votado, porque tá muito vergonhoso isto aqui. E se está vergonhoso eu sinto vergonha porque todo o dinheiro que foi usado para aquele teatro passou por esta Casa. O que esta Casa certamente não fez foi uma fiscalização adequada da verba pública quando estava sendo aplicado e, assim deixou que rodasse da forma que rodou. Aquela velha história: o dinheiro não é meu, né, mas é da população e nós temos a obrigação de cuidar. Eu me vejo hoje, com muito mais obrigação de cuidar o dinheiro da população do que o meu próprio porque eu posso fazer o que quiser e o da população, não, eu tenho que ter respeito por ele. Então, era a colocação que eu gostaria de fazer é lamentável como a gente tem que fazer as vezes estas colocações. É neste sentido, né, colocando em dúvida até o trabalho desta Casa, mas eu acho que nós precisamos trabalhar desta forma porque a população está enxergando o nosso trabalho e nós temos que nos corrigir para que a população valorize melhor esta Casa de Leis. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Peço a palavra, senhor presidente. - Presidente: vou conceder a palavra ao vereador Jorge Bocasanta, só antes quero cumprimentar o pai da assessora Flávia, do gabinete do vereador Nei Haveroth, ele que é da Bahia, o senhor Flavio Batisti e que está aqui nos honrando com a presença. Eu agradeço, seja bem vindo sempre aqui, viu senhor Flavio? Obrigado pela presença. Com a palavra, o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Bom dia, Presidente, senhores vereadores, né, Eu acho que o nosso amigo que veio da Bahia, vai falar o seguinte: este país é igual do norte ao sul, do leste ao oeste. Este negócio do teatro municipal nós não deveria estar votando o anteprojeto de lei, não; nós deveríamos estar votando aqui um mandado de prisão, estes ladrões que roubaram tanto dinheiro deste teatro, tá entendendo? Todos: a construtora, isto aí é uma vergonha. Rui Capelão, quanto tempo faz que estão botando dinheiro lá? O metro quadrado deve ser mais caro do que o presidente da república lá da Ucrânia, né, tinha até torneira de ouro dentro dos seus recintos. Então, eu vejo o seguinte: eu particularmente, não sou contra o teatro nada, até gostaria que tivesse para que nós pudesse ir aqui não ir para Toledo e outros lugar. Mas, eu vou votar contra sabe por quê? Porque é muito dinheiro que lá foi e isto aqui só vai ser mais um reforço no caixa, para fazerem coisas que eu acredito não será no teatro. Então, o teatro de lá, o teatro da Câmara, o teatro da Prefeitura e vai o teatro do dinheiro nosso. Os palhaços somos nós aqueles que pagam os impostos. E a poucos momentos atrás, o Secretário falou lá que o quê, que Cascavel Digital é meia boca, né. Mas, se paga o meia boca. Você vai a

um posto de saúde e nunca vi o Posto do Brás Madeira lá onde trabalhei feito em 2005 já foi reformado 2 vezes. Oh! Em 2005! Em 9 anos duas vezes reformado de material o posto. Agora o do São Cristóvão (um aparte, vereador) depois tem a sua palavra e o tempo, quem pediu? (eu, eu) já te dou Nei. (O Nei é meu amigo aqui eu cutuco ele por baixo). Então eu vejo o seguinte: nós temos que o quê? Que valorizar o dinheiro, o Rui Capelão colocou muito bem. Eu cuido mais do dinheiro do povo do que o meu, o meu eu posso fazer o que eu quiser. Por favor, Nei – Vereador Nei: Obrigado, vereador. Eu tinha concedido aparte para você e eu sabia que não ia me negar. É, mas eu não quero que o senhor vá para Toledo, vereador; quero que nós concluamos este projeto definitivamente aqui do teatro que é de longos mandatos, né, este projeto e gostaria de fazer um apelo para a Comissão de obras que é desta Casa que tem o dever mais específico no sentido de acompanhar detalhamento até para que nós temos clareza e temos certeza que os recursos estão sendo aplicados lá. Então só neste sentido, né, fazer uma solicitação para que a Comissão de Obras acompanhe de perto e nos repasse as dúvidas que quando estiverem a respeito da conclusão do teatro. Obrigado.

– Vereador Jorge Bocasanta: Obrigado Nei pela sua participação, mas eu me preocupo assim, quando há poucos minutos atrás na lei estava lá e votaram a favor, contra o que estava escrito, acordado. Então, tipo assim, se nós como vereadores não conseguimos fiscalizar então que vai fiscalizar? Eu aqui me engana, se engana quem acha que eu sou contra o prefeito, contra alguém. Eu não sou contra ninguém, eu sou contra a corrupção, a má aplicação do dinheiro público. Se o Lemos assumir na semana que vem, no mês que vem, ou não assumir eu vou ter a mesma postura. Por que o quê? Nós precisamos do que, fazer este país melhor. E pra fazer um país melhor nós temos que começar na nossa casa, no nosso município, no nosso Estado. Então, vou votar contra porque lá foi muito dinheiro. Muito obrigado, senhor Presidente.

– A palavra, Presidente.

– Presidente: Vereador Paulo Porto eu vou lhe conceder a palavra, só quero pedir a sua compreensão para eu suspender a sessão por 05 minutos, porque já faz um tempo imenso que a gente está aqui e precisamos tomar uma aguinha, né, Bocasanta? 5 Minutos, então, dispensando a sessão, retomamos na sequência. Senhores vereadores, considerando o avançado da hora acho que podemos retomar a sessão e convido a todos então para darmos continuidade. Senhores, retomamos então a discussão, damos continuidade a discussão do Projeto de Lei nº 11/2014 eu passo imediatamente a palavra para o vereador Paulo Porto que havia solicitado. Suas considerações, vereador.

– Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos novamente. Em 59 quando morre Stalin na União Soviética assume Krusov, uma piadinha correu na União Soviética e no mundo inteiro. A piadinha era a seguinte: O Krusov assume e recebe a seguinte recomendação: se as coisas forem mal, ou melhor, a seguinte recomendação: se as coisas forem mal abra duas cartas, primeiro e a segunda. Seis anos de governo e as coisas foram mal e ele abriu uma carta, a carta falava assim: coloque a culpa no antecessor ele colocou toda a culpa no Stálin. As coisas continuaram mal e ele abriu a segunda carta que dizia: escreva duas cartas em nomeie o antecessor. O nosso teatro municipal há 5 anos na gestão do Edgar Bueno não se conclui. Se iniciou na gestão do Lísias e há 5 anos não se conclui e toda vez que nós fazemos a crítica, toda vez há 5 anos como Krusov parece que o Edgar leu esta primeira carta; não leu a segunda ainda; mas leu a primeira ele coloca a culpa no governo Lísias Tomé. O fato é que há 5 anos governando, o Teatro Municipal não se conclui e cada vez mais dinheiro. Nós da comissão de Educação demos parecer favorável vou votar favoravelmente; mas como

disse o Capelão: que seja a última vez, a última vez, que se peça dinheiro para concluir nosso Teatro Municipal; porque está nas raias da irresponsabilidade 5 anos sem concluir, 5 anos botando a culpa no antecessor, então eu entendo que devemos votar favoravelmente porque nós queremos vê-lo concluído quanto antes, independente de quem quer que seja o prefeito, isto não é problema nosso. O problema é que a população quer ele construído, agora que seja a última vez que o executivo peça dinheiro, peça abertura de crédito para concluir o que já deveria ter sido concluído há alguns anos atrás. E pare por favor, de colocar a culpa no antecessor, ainda que tenha, mas não é possível 5 anos sem conclusão. Muito obrigado e peço voto favorável.- Vereador Gugu: Peço a palavra, presidente. – Presidente: Com a palavra, o vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Primeiro eu preciso fazer um registro, senhor presidente, que é um privilégio estar nesta Casa e ouvir em quase que todas as sessões as historinhas contadas pelo vereador Paulo Porto. Mas, presidente, vamos falar a realidade, a realidade é que todos nós conhecemos o imbróglio que se tornou para o município de Cascavel esta questão do teatro. Eu acho que nem precisamos mais perder tempo de dizer se foi a culpa de um, a culpa de outro, que o Projeto foi muito mal elaborado ao ponto de não prever por exemplo, ar condicionado. E quem conhece da administração pública e o vereador Paulo Porto e o vereador Bocasanta conhecem muito bem, porque foram secretários dum governo Lísias, governo este, que fez um aditivo absolutamente irregular e que atrapalhou ainda mais o andamento das obras; sabe quem conhece a administração pública de que quando algo começa mal feito, ah! chefe é uma dor de cabeça para corrigir, porque estamos amarrados nos ditames da lei, existe toda uma burocracia, é muito difícil você corrigir algo que começa errado, quando se trata de uma obra pública! E toda esta situação nos levou ao dia de hoje, onde precisamos confiar no secretário Valdecir Nath, confiar nesta administração, porque caso contrário faremos o quê? Qual é a sugestão? Deixar a obra da maneira que está? Privar a sociedade de Cascavel daquele espaço? Os nossos movimentos culturais de ter aquele palco, esta é a sugestão? Não façamos mais nada. Não me parece uma decisão inteligente. Acho que pedindo, pegando a fala do vereador Nei, ele foi muito feliz. Eu acho que esta Casa pode cumprir com o seu papel fiscalizar muito em cima na execução destas obras complementares, da conclusão deste teatro, mas não temos o direito, não temos o direito de ocasionar um prejuízo a sociedade de Cascavel que seria não dar andamento a esta conclusão do teatro. Aparte, concedido vereador – Vereador Paulo Porto: Por isto tudo eu peço voto favorável, vereador Gugu Bueno. Eu entendo que.. (um aparte, é possível?) Peço voto favorável e, parece que eu pedi voto contrário. Então, peço voto favorável, porém na esperança... (eu pedi um aparte) que se conclua. Muito obrigado, vereador. – Vereador Gugu: aparte concedido, vereador Rui Capelão. – Vereador Rui: Muito obrigado, vereador Gugu. Eu até gostaria, deixar bem claro, que o interessante disto aqui é que viesse uma lista dizendo: esta faltando isto, isto, isto, isto para comprar e o custo é este e, nós precisamos da liberação destes valores. Eu acho que seria uma forma até bem transparente de se fazer, muito embora eu não queira estar colocando em dúvida a honestidade, nada disto, né. Porque isto aqui é até possível nós pedirmos, se quisermos; mas eu acho que, que se viesse assim mostrando ora, o teatro para ficar pronto está faltando porque hoje dá pra dizer o que está faltando. É impossível que não dê pra dizer o que está faltando, né. Então, nós estamos liberando uma verba para conclusão do teatro, mas o que está faltando no teatro para concluir? Logicamente que nós sabemos que várias coisas está faltando, mas uma

planilha dizendo o que nós precisamos do teatro, isto era importante! Obrigado pelo aparte. – Vereador Gugu: Vereador Rui, (um aparte prá mim, Gugu) Aparte concedido. – Vereador Fernando: Bem rapidinho, aqui na.., senhor Presidente, colegas, na justificativa ali Paulo Porto o que falta realmente para a conclusão desse projeto está bem claro, a ambientação, paisagismo, a pavimentação externa do teatro, então tá bem claro. E como Presidente da Comissão de Obras, é, a gente se responsabiliza Gugu, e passar mais detalhadamente Rui Capelão, estes dados. Mas, aqui na justificativa tá bem claro, né, a ambientação, paisagismo e a pavimentação externa que está faltando para a conclusão desta obra. Obrigado. – Vereador Gugu: Agradeço, (um aparte, também) (dá um aparte, nobre..) - Vereador Nei: Só pra lembrar, né, que este teatro eu acho que é importante que nós demos ênfase e concluímos de uma vez este teatro porque isto não começou na gestão do Lísias. Começou 8 anos antes na gestão do Salazar Barreiros que ficou só os pilares lá que chegou a corroer os ferros, os postes e dado continuidade depois, no governo Lísias. Só para relembrar historicamente o tempo que já está, e eu acho que agora definitivamente na última gestão do prefeito Edgar Bueno deu um salto para concluir este, este, teatro. Obrigado. – Vereador Gugu: Agradeço as colaborações senhores vereadores, mas é importante também dizer, vereador Rui que além destes fatos elencados pelo vereador Fernando Winter, vistos por todos nós que falta para terminar aquele teatro, mas obviamente que esses 2 milhões e noventa mil reais conseguidos juntos a agência de fomento do Estado do Paraná para concluir a obra, não serão gastos ao bel prazer. Isto passa por um processo de licitação, por um edital onde estará estabelecido exatamente com o que e aonde será gasto este dinheiro. Então, todos nós senhores vereadores, como toda sociedade de Cascavel vai ter toda a oportunidade do mundo para acompanhar e saber exatamente aonde estará sendo investido estes mais de 2 milhões de reais. Era a minha colaboração (me dá um aparte) Aparte concedido, vereador. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado, nobre vereador pelo aparte. Eu gostei quando o senhor falou aí que nesta Casa nós temos que fiscalizar, gostei também, quando o nobre vereador Fernando Winter, falou que vai fornecer todos os documentos pela Comissão de Obras, faço parte! Gostei da ideia, nobre vereador Fernando Winter. Então, eu já vou sugerir aqui para que possamos fazer um requerimento solicitando cópia de todos os contratos e aditivos feitos desde que começou este processo do Teatro Municipal. Tudo o que foi gasto de dinheiro público nesta obra. Nós tivemos há poucos dias, um convite para visitar, para ir lá no local, mas o convite veio para às 14:30 horas que era o horário de uma terça-feira, que era o horário da sessão e, aí não tinha como participar. Então, aí gente fica .., não sei se foi prorrogado o prazo ou não, se de repente alguém foi avisado de outro horário, mas no meu convite estava 14:30 horas, numa 3ª feira, horário de (só para completar) horário de sessão, então era impossível a nossa participação; mas eu gostaria agora já de novo, Fernando que a gente fizesse um requerimento pela comissão e solicitasse todo o material, toda a documentação referente a esta obra para que a gente pudesse fiscalizar; como foi feito na internet gratuita. Se estiver tudo correto não tem problema a gente fica quieto, se tiver errado levanta os dados e verifica o que tem de errado. Acredito que não tenha nada de errado. Acredito que esteja correto, mas então a gente pode fazer o nosso trabalho de fiscalizador. Obrigado, nobre vereador Gugu, pelo aparte. – Vereador Gugu: Agradeço vereador. Só é importante deixar muito claro, né vereador, que fiscalizar é uma coisa e fazer política é uma coisa totalmente diferente, e querer se aproveitar da fiscalização para levantar uma bandeira política e prejudicar uma

administração aí isto já é um outro jogo. Obrigado, presidente. – Presidente: Senhores, em votação o Projeto de Lei nº 11/2014. de autoria do Poder Executivo Municipal que altera a Lei Municipal nº 6.310 de 23 de dezembro de 2013 – Lei Orçamentária Anual para 2014 – para a Secretaria de Cultura, no valor de R\$ 2.090.200,00, em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como e os que forem contrários que se manifestem. Incluindo o voto do vereador Bocasanta, Projeto de Lei aprovado por unanimidade e pela totalidade dos senhores vereadores em 1ª votação. **GRANDE EXPEDIENTE** - Senhores, finalizando assim a matéria da Ordem do Dia, eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público e, o primeiro inscrito é o vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu: senhor Presidente, minha saudação a Vossa Excelência, aos demais, senhores Vereadores, a distinta assistência e a imprensa do Município de Cascavel. Novamente, venho a esta Tribuna, provavelmente correndo o risco de me tornar cansativo, contudo, mas uma vez se faz necessário o quadro da saúde pública de Cascavel. Mas antes de entrar no assunto de hoje, senhor Vereador Jaime Vasatta, Vereador João Paulo companheiros de CPI, é importante aqui fazer uma correção de um ato falho que tive na semana passada, quando usei desta tribuna para fazer aquele desabafo motivado que fui pelo Chefe da 10ª Regional de Saúde, e naquele momento, talvez levado pela emoção da fala e pela força do discurso acabei esquecendo de fazer a referência, que foi no Programa Bate e Rebate da CATV onde eu tive o conhecimento das denúncias proferidas pelo Chefe da 10ª Regional e assim eu cometi uma falha irreparável com meu amigo Jorge Guirado, pessoa que tenho muito respeito e muita admiração, mas espero que me perdoe desta falha, senhor Presidente. Feito essa correção eu preciso retomar os assuntos, o assunto triste que é as mortes que tem ocorridos em nossas UPAS. Naquela oportunidade, na semana passada, eu lembro que tinha dito que eu não estava, que nós não estávamos assustados pela ameaça do processo, mas nós estávamos assustados era pelo quadro que se desenhava, na saúde pública em Cascavel, isso porque tínhamos tido um aumento de sessenta e cinco por cento das mortes, se comparado dois mil e treze, com dois mil e doze, e eu fazia uma indagação pública que não sabia aonde iríamos parar em dois mil e quatorze. Pois bem, neste domingo o Jornal Gazeta do Paraná, devidamente agora registrado, através do faro jornalístico do jornalista Fernando Maleski, buscou essas informações, fez o cruzamento desses dados, e chegou a resposta da minha pergunta. E, essa resposta senhores Vereadores, ela não é apenas de assustar, essa resposta nos deixa a um passo do desespero, porque simplesmente é uma loucura, é uma insanidade, é uma irresponsabilidade de qualquer cidadão que tome conhecimento desses números e ainda achar que está tudo bem. A Gazeta trouxe, nos afirmando que em dois mil e quatorze no primeiro bimestre nós tivemos quarenta e duas mortes nas UPAS, quarenta e duas mortes, Vereador Paulo Porto. Só para comparar com dois mil e treze que já foi esse absurdo de cento e cinquenta mortes ao longo do ano, nós tínhamos tido vinte e três mortes ou seja numa comparecer simples com dois mil quatorze e com dois mil e treze nós temos um aumento de oitenta e dois por cento de mortes nas UPAS. Se comparar com dois mil e doze então, dois mil e doze no primeiro bimestre nós tínhamos tido apenas quinze mortes, apenas quinze mortes em dois mil e doze, e já era um estado de muita dificuldade. Numa projeção simples chegamos a pensar e a conclusão e os números nos encaminham para isso, que passaremos dois mil e quatorze, Vereador Rui Capelão, facilmente das duzentas e cinquenta mortes nas UPAS, ou seja, sairemos de dois mil e doze para dois mil a

quatorze em apenas dois anos estaremos chegando a duzentos e cinquenta mortes, uma loucura, senhor Presidente. Mas esse número ele retrata a razão do nosso desespero, da nossa angústia e da nossa luta, além disso retrata também e principalmente o desespero dos funcionários que lá estão, porque boa parte da equipe médica e, da equipe de enfermagem e das pessoas que trabalham nas UPAS, muitas e muitas foram as noites por exemplo, que ligaram a esse Vereador, ligaram no telefone do Vereador Jaime Vasatta, do Vereador João Paulo, pedindo socorro e ajuda, porque estavam simplesmente desesperados e não tinham mais o que fazer. Porque por mais que na UPA se faz tudo o que for possível fazer em alguns casos até além disso, ele sofre uma limitação física de estrutura, de equipamentos, de medicamentos, porque a UPA não é e nunca será um hospital. Dito isso, senhor Presidente, eu acho importante registrar que no sábado de manhã, eu o Vereador João Paulo o Vereador Jaime Vasatta, estivemos mais uma vez na UPA, lá da Tancredo, mais uma vez lá encontramos nossa equipe de funcionários num caos total, porque tínhamos vinte e quatro pessoas internadas dessas, dez clicadas, esperando um leito hospitalar e três desses pacientes declarados de vaga 0. E se alguém achar que isso é fala apenas da CPI, tomo a liberdade, senhor Presidente de relatar aqui a entrevista do médico de plantão, Dr. Fernando Kanashiro, que acompanhava e dava socorro as idosas que estavam declaradas de vaga 0, disse ele “são pacientes graves, precisam de um leito hospitalar adequado, elas já passaram do tempo de estar aqui e deveriam há muito tempo ter sido transferidas para uma unidade de tratamento intensivo, não podem ficar em leitos comuns, pois aqui não poderiam ter ficado mais do que doze ou vinte e quatro horas, mas uma delas já está aqui há cinco dias. Num leito de UTI poderiam ter a sorte diferente, por exemplo, se precisarem de uma transfusão não temos como fazer isso aqui”. Não é o Vereador Gugu Bueno que não conhece nada de saúde que esta falando, é um doutor médico, que está lá no dia a dia da UPA. Portanto, senhor Presidente, não é hora mais de conversa, não é hora de nos permitirmos sermos seduzido pelo canto da sereia, aquela fala macia e doce que tenta nos convencer de que está tudo bem, de que a UPA é um hospital, de que as nossas pessoas estão morrendo porque deveriam estar morrendo. (vereador, só um aparte) Já concedo vereador. (obrigado) É hora de mudança de atitude, é hora de ação concreta. Aparte concedido, vereador. - Vereador João Paulo: A gente fica batendo toda semana na mesma tecla, mas parece que o Chefe da Regional não vem a público, pelo menos rebater essas afirmações, que não é a CIP e sim a população vive. O senhor tem ideia de onde ele está? Se esta numa UPA ou em algum lugar só para a gente entender. - Vereador Gugu Bueno: A informação que tenho é que a nossa imprensa não localizou ele depois dos fatos denunciados aqui nesta Casa. (okay) – Obrigado, vereador. Mas retomando, é importante, Presidente, que as nossas forças políticas com representação em Curitiba unam as suas forças, é importante que a sociedade organizada de Cascavel entenda a gravidade da situação, que os nossos líderes empresariais estão preocupados com o futuro de Cascavel entrem nessa guerra, Paulo Porto, porque a nossa gente esta morrendo. Eu sei que quem esta lá morrendo é trabalhador, é gente humilde que não tem condições de pagar um plano de saúde, não tem condições de pagar um hospital particular, mas a sociedade de Cascavel não pode cruzar os braços, e fazer de conta que nada está acontecendo, está sim, está acontecendo uma tragédia diária, volto a dizer, chega de conversa, faz tempo que nós precisamos de ações. Então presidente, já está encerrando o meu tempo, sei que estou correndo o risco, como falei no início de me tornar cansativo repetitivo, cansar

os ouvidos de Vossas Excelências, até pelo adiantado da hora, mas era importante deixar registrado, pelo menos nos anais desta Casa a nossa luta, a nossa angústia, avisar a sociedade de Cascavel esse quadro triste e lamentável que tem ocorrido em nossas UPAS e deixar muito claro, que se nada por feito, nada for feito, esse quadro tende a só piorar, obrigado Presidente. – Presidente: Vereador Paulo Porto com a palavra. – Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos, bom dia a Mesa Diretora, bom dia ao plenário, bom dia aos Vereadores. Mas uma vez iniciarei com essas historinhas que tanto encantam o nosso Vereador Gugu Bueno. Gugu Bueno, em sessenta e cinco Antes de Cristo na antiga Roma, república romana, tínhamos dois senadores, você deve conhecer porque você estudou Direito. Caio Tulio Cícero e Lucio Sergio Catilina. Cícero foi famoso por defender a república e Catilina famoso por ser um golpista, general romano aposentado. E numa das tentativas de derrubar a república quis se proclamar imperador ele, senador romano num debate acalorado no senado, Caio Tulio disse aquela famosa frase, utilizada até hoje nos debates e nos fóruns e nos juris: *Qvosque tandem abvtere, Catilina, patientia nostra?* Até quando Catilina abusará da nossa paciência. Eu quero pegar esta frase e trazer para a realidade de Cascavelense, para a realidade do transporte escolar rural: Até quando a empresa R.F de Oliveira abusará da nossa paciência? Até quando a empresa R.F. de Oliveira abusará da paciência desta Casa de Leis? Até quando a empresa R. F. de Oliveira abusará da paciência do Executivo? Digo isto, porque esta empresa é uma crônica da morte anunciada. Em janeiro, quando a Comissão de Educação participou da vistoria dos ônibus com a CETTRANS, dos ônibus que seriam vistoriados e liberados para o transporte escolar rural, a R.F teve a medonha cifra de 94% dos ônibus reprovados. Ao contrário da Transtusa, empresa séria que teve 84% dos ônibus aprovado, o que é uma média razoável. Não bastasse isto, como crônica da morte anunciada, nos primeiros dias do ano letivo tivemos duas irregularidades seríssimas. Não é um cinto de segurança mal colocado, um macaco que faltava, foram flagradas, flagrados dois veículos por esta Casa, pela Ouvidoria desta Casa, a partir de denúncia dos pais, dois veículos que não passaram pela vistoria apontando para uma lógica de dolo, que podemos afirmar agora. A R.F. colocou de maneira deliberada dois veículos que não passaram pela inspeção. Isto não é uma irregularidade, isto é quase um crime! Está sabotando a cláusula contratual. Foram exatamente nos dias 19/02, denúncia do ônibus que atende a escola Michalina, Claudete, não tinha selo de vistoria e o ônibus placa LOX 7973 não havia sido passado pela vistoria. Segunda denúncia: veículo sem vistoria 24/02 linha que atende a Escola Amaro Pimentel, Santos Dumont, micro ônibus LON 3603, também sem vistoria, comprovado com fotos, flagrante dado por esta Ouvidoria, por esta Casa e pela Comissão da época, pela Francieli pela Comissão de Educação. Vim aqui falar disto, porque nós enviamos dois ofícios para a SEMED, um já foi respondido perguntando: quais serão as consequências disto? Lembrando que a R.F. já tem uma multa do ano passado, apesar do contrato estipular 10% de multa foi apenas 1%, que ainda não foi paga. Então, nós estamos aguardando as informações da SEMED, que é quem fiscaliza os ônibus, certos de que será aberto um novo processo administrativo; porque agora é muito mais grave do que o anterior. Muito mais grave do que a irregularidade anterior. Temos certeza, estamos aguardando a resposta de que será aberto um novo processo administrativo e espero que a SEMED cumpra o contrato que prevê 10% de multa a partir do contrato, que é de quatro milhões e pouco e que daria quatrocentos mil reais, que é a segunda multa consecutiva e já seria a segunda

penalidade. Foi dada a primeira, então nós ficamos na expectativa, aqui são as imagens, as imagens dos ônibus flagrados, as imagens dos ônibus sem vistoria, flagrados por esta Casa. E por que foram flagrados? Porque esta Casa através da Comissão de Educação teve a iniciativa de fazer uma cartilha, onde todo o pai de aluno e todo aluno tem exatamente os dados que necessita para fiscalizar; porque a fiscalização não pode ser feita somente por esta Casa e não só pelo Executivo, tem que partir também, da população. Agora, para a população fiscalizar ela necessita ter acesso aos dados; por isto a importância dos requerimentos; que às vezes infelizmente nos são negados nesta Casa, o acesso as informações. Se a população não tem acesso às informações então a população não pode fiscalizar. Então, estas denúncias foram da população e a nossa Ouvidoria, junto com a Comissão prontamente respondeu dando os dois flagrantes. Então, na esperança da resposta destes dois ofícios, ainda não tivemos a resposta, apenas um eu vou aguardar a resposta do segundo para poder voltar nesta tribuna e a partir da resposta me manifestar; nós temos a expectativa e a esperança de que desta vez, será aberto, ou melhor, um novo processo administrativo porque as irregularidades são piores. E com a certeza de que agora o contrato será honrado pelo Executivo que prevê multa de 10%, sobre o risco de novamente, de novamente, aquela frase que eu já utilizei: aos amigos tudo e aos inimigos a lei. Mas, eu tenho a expectativa de que isto não acontecerá. Será aberto um processo administrativo e a multa que estipula o contrato será cobrada, a saber: a multa de R\$ 48.000,00, ainda não foi paga pela R.F.de Oliveira. Muito obrigado, presidente, era isto! – Presidente: Jorge Menegatti vereador já comunicou a mim que abre mão da palavra, considerando o adiantado da hora. O vereador Nei Haveroth ? – Vereador Nei: Abro mão da palavra, usarei amanhã na tribuna. – Presidente: Muito obrigado, vereador. Vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro: Obrigado, presidente, abro mão, também. – Presidente: Em respeito aos dois que abrem mão da palavra, o vereador Marcio Pacheco também, abre mão agradecendo estes três vereadores e considerando que não há mais pronunciamento de interesse público agradeço a todos a presença e convido a todos para às 14:30 estarmos aqui e encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e um minuto. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrar por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada foi devidamente assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário

